



## Geraldo de Assis mostra as razões que tornam os seminários de janeiro imperdíveis

14/01/2020

Geraldo de Assis (foto), conselheiro da ANCEP e secretário-executivo do Colégio de Contabilidade da ABRAPP, será o expositor nas apresentações que serão feitas no próximo dia 20, em Brasília, diretamente dedicadas à temática contábil, na primeira edição do seminário **Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2019 das EFPC**. E ele consegue passar com muita clareza a extraordinária importância do evento, notando que por envolver uma rotina cumprida apenas uma vez por ano há muito a ser relembrado e novidades relativamente a atualizações que demandam que os profissionais sejam orientados a respeito. "Serão tratadas novidades que estarão em vigor este ano e em 2021", resume Geraldo.

Serão tratados aspectos relacionados à constituição do fundo administrativo, nova instrução da Previc relativa às contas do fundo compartilhado (como eram tratadas até 2019 e como passam a ser em 2020), vamos atualizar o status dos estudos que estão sendo feitos para a adoção do CNPJ por plano, também se vai discutir as regras da contratação de seguros no âmbito de sua contabilização (algumas entidades estão procedendo de uma forma e outras de maneira diversa), sendo necessário padronizar.

Será também abordada a necessidade de padronizarmos o preenchimento da ECD e ECF, uma outra luta na qual ANCEP e ABRAPP estão juntas, para evitar que as entidades continuem seguindo procedimentos diversos.

Da mesma forma, antecipa Geraldo, no seminário se irá tratar da abertura da conta relativa ao resgate total e parcial, uma vez que temos que levar em consideração a nova instrução da Previc.

"De modo que além de trazer uma revisão e uma atualização tão necessárias, o seminário irá se dedicar a pontos cuja importância é indiscutível", resume Geraldo.

Após a primeira apresentação em Brasília, o seminário será levado a **Belo Horizonte** (21/01) e **Salvador** (22/01). Na sequência virão **Curitiba** (23/01), **Porto Alegre** (24/01), **Florianópolis** (27/01), **São Paulo** (28/01), **Rio de Janeiro** (29/01), **Vitória** (30/01) e **Recife** (31/01).

O interesse que o evento desperta se explica, entre outras razões, pela presença maciça das equipes da Previc e Mercer. Nesse sentido, estarão participando, entre outros o Coordenador-Geral de Orientação de Atuação e Contabilidade da autarquia, Christian Catunda e o Diretor de Fiscalização, Carlos Marne.

## Entidades fechadas poderão ser autorizadas a investir até 20% em empresas fechadas

Os fundos de pensão podem ter autorização para investir até 20% de seu patrimônio em empresas de capital fechado com faturamento anual consolidado de, pelo menos, R\$ 500 milhões e três anos de existência, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPE) fechadas. A proposta deve ser avaliada em março pelo CMN. A medida tem por objetivo estimular a diversificação das carteiras das entidades fechadas, num momento em que as taxas de juros no país estão no patamar mais baixo da história, mas parte do mercado vê a princípio com restrições as potenciais mudanças, noticia o Valor Econômico. A proposta é resultado do trabalho da Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK).

"Esse ponto foi trazido pela Previc. Foi interesse da Previc aumentar o leque de opções de investimentos dos fundos de pensão. Será uma alteração infralegal na resolução 4.661 do CMN. A gente já tem um texto fechado e a ideia é que seja levado ao CMN para deliberação em março. Essa é a expectativa", disse ao Valor o diretor da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Julio Cesar Costa Pinto.

Acredita-se que os requisitos para que uma empresa fechada receba investimentos de um fundo de pensão são suficientes para blindar o investimento de possíveis irregularidades. Por exemplo, além da limitação em 20% da exposição dos fundos a esse tipo de investimento e a exigência de faturamento anual consolidado de R\$ 500 milhões, será necessária a apresentação de demonstrações financeiras dos três últimos exercícios e informações trimestrais, ambas revisadas.

É de mais opções de investimentos que as entidades precisam, em meio a um ambiente de juros mais baixos, acredita o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins. “O portfólio precisa ter várias opções e o gestor vai ter que assumir mais risco”, destacou.

Parte do mercado recebeu as potenciais mudanças com restrições. “É complicado ter acesso a dados de empresas fechadas no Brasil. Precisamos dessas informações para investir com segurança e transparência. Nosso processo decisório é rígido”, afirmou o presidente da Fundação Real Grandeza, dos funcionários de Furnas, Sérgio Wilson Fontes. Por sua vez, o advogado Flávio Rodrigues, sócio do Bocater Advogados, disse que é necessário oferecer uma estrutura de segurança para que os gestores de fundo de pensão possam investir com mais risco em companhias fechadas.

## Previ reestrutura os seus sistemas de informação

A Previ reestruturou seus sistemas de informação com objetivo de reduzir custos e ter flexibilidade para lançar novos produtos. Ao dar a notícia, o Valor Econômico informa que a entidade se prepara para lançar o plano família, voltado para parentes de associados, ainda no primeiro semestre deste ano.

“Isso vai garantir que possamos oferecer um serviço de maior agilidade para nossos associados e otimizar nossos processos, a nossa estrutura”, disse o diretor de administração da Previ, Márcio de Souza. “A nossa ideia é, ao final de 2021, estarmos com a nossa plataforma tecnológica, com o investimento realizado, que no máximo em dez anos vai estar pago. E com a Previ preparada para os próximos 20 a 30 anos tecnologicamente”, diz. O fundo de pensão aportou R\$ 22 milhões nas melhorias promovidas.

Até 2020, a expectativa é concluir a gestão empresarial para na sequência promover as mudanças na área de seguridade. Para o Previ Família, essa integração da área de seguridade será feita antes.

## Nóbrega assume o comando da Libertas

Lucas Ferraz Nóbrega, diretor da Abrapp na gestão 2017-2019 e que dirigiu a Previbayer de 2012 até setembro último, seguindo-se breve passagem pela área comercial da gestora Mauá Capital, onde atuou por menos de dois meses, entre novembro e dezembro do último ano, assumiu agora a presidência da Fundação Libertas. A notícia foi publicada nesta segunda-feira (13) pelo site da revista Investidor Institucional.

Os demais membros da nova cúpula da Libertas, Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata e Cesar Luiz Danieli, são titulares das diretorias de investimentos e controladoria e de seguridade social, respectivamente.

Todos têm grande experiência no segmento de previdência complementar fechada, com formação e pós em instituições no Brasil e no exterior.





